

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História e política: pensamentos constitutivos e críticos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-554-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.546213009>

1. História. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon
(Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

As objeções e o indignar-se frente à violência ética são um pressuposto à crítica. O suplantar da abordagem ontológica do ser - o atentar para uma crítica categorial identitária presente nas contradições inerentes do sistema vigente - o caminho para análise histórica.

Vanessa Cavalcanti & Carlos Silva, 2021.

Os matizes que enredam as áreas do conhecimento como História e Política produzem, circulam e analisam contextos específicos e as tensões entre grupos dominantes e dominados, disputas e nuances políticas. Com destaque aos pensamentos e contributos do século XIX, desde Karl Marx e Max Weber, passando à sociologia e história política dos séculos XX e XXI, miradas atentas relativas às estratégias, consolidação das teorias de formas de governo, performances políticas e cidadãs, bem como desenvolvimento de agendas que compuseram e compõem períodos variados, proporcionam leituras sobre o próprio Presente.

As categorias analíticas que englobam esse “fazer-saber” estão atreladas às abordagens disciplinares e transdisciplinares, nomeadamente com maior atenção aos jogos de poder, participação, governança e políticas públicas, ademais de indicar vieses crítico-reflexivos. Esse processo traz à tona devires e metodologias ampliadas, baseadas em documentos oficiais, fontes primárias de várias tipologias, incluindo literatura, jornais, músicas, experiências educativas, relações internacionais.

Em meio às mobilizações no tempo contemporâneo e presente, podem-se verificar aproximações entre as duas ciências. Incentivadas pela produção historiográfica delimitam mais que meras descrições, análises mais apuradas, além de registrarem ações e vivências práticas.

A obra História e Política: Pensamentos constitutivos e críticos tem como objetivo justamente ampliar diálogos – pautados em criticidade e diversidade - reunindo frutos de investigações avançadas por parte de autoras/es brasileiras/os cujas temáticas coadunam com o título da coletânea. São composições autorais diferentes e que trazem distintas perspectivas sobre um recorte temporal que vai do século XIX ao XXI.

Em sua maior parte, os capítulos versam sobre investigações teóricas e historiográficas, apontando para eixos temáticos emergentes, além de novas abordagens e sujeitos como referenciais. Perfazem, sobremaneira, produções sobre conceitos, práticas e agendas políticas que compõem uma geografia global e a história mais recente, escrita entre regimes ditatoriais e democráticos.

Neste contexto, olhares atentos para a caracterização de domínios, esferas e planos na apreciação da análise, interconectando História e Política, são pretendidos como elemento basilar das produções aqui organizadas.

Um convite à leitura e às contribuições resultantes de pesquisas e etapas de formação acadêmica.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O SIMBÓLICO NA MORTE DE EDSON LUÍS E MARIELLE FRANCO

Talita Souza Magnolo

Rosali Maria Nunes Henriques

Marina Aparecida Sad Albuquerque de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130091>

CAPÍTULO 2..... 16

“COMPORTAMENTO GERAL” DE GONZAGUINHA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DA DITATURA E CONTRAPONTO COM O GOVERNO BOLSONARO

Nayara Figueira

Andrise Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130092>

CAPÍTULO 3..... 27

AFINAL, ONDE ESTAVA O POVO? A AUSÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES DO PROCESSO POLITICO NA “REPÚBLICA” DAS OLIGARQUIAS

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130093>

CAPÍTULO 4..... 44

ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Reginâmio Bonifácio de Lima

Lucas Gomes do Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130094>

CAPÍTULO 5..... 59

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO SANITÁRIA DE CAMPINAS-SP: AÇÕES DE POLÍCIA SANITÁRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

Cássia Mariane Pavanati

Everardo Duarte Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130095>

CAPÍTULO 6..... 76

A ROTEIRIZAÇÃO MITOPOÉTICA DE SEXUALIDADES

Simone Ganem Assmar Santos

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130096>

CAPÍTULO 7..... 91

O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS

UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Wallace Moacir Paiva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5462130097>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 100

ÍNDICE REMISSIVO..... 101

CAPÍTULO 7

O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA

Data de aceite: 27/09/2021

Wallace Moacir Paiva Lima

Bacharel em Ciência Política e Relações Internacionais - Centro Universitário Internacional (UNINTER)

RESUMO: As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos têm oscilado tradicionalmente entre alinhamento e autonomia, escolhas estratégicas entre Norte e Sul, hemisféricas e globais, bilaterais e multilaterais. Essas opções são frequentemente vistas como mutuamente exclusivas, refletidas em polaridades internas baseadas em mitos de hegemonia. Além disso, eles tendem a ver a relação como uma via de sentido único, definida pelas oportunidades brasileiras que geram satisfação e/ou insatisfação no Norte, e não pelas dinâmicas bilaterais e interesses individuais; entretanto, a relação vai além de classificações simplistas para incluir o projeto nacional e a integração internacional. Após a Guerra Fria, progressos concretos foram feitos à luz deste mal-entendido, à medida que os vetores do Brasil e da América do Norte mudaram devido a uma mudança no equilíbrio global de poder. Embora ainda exista fragmentação, é evidente uma redefinição dos intercâmbios bilaterais, afastando-se do minimalismo associado à coordenação e/ou autonomia para o status de diálogo estratégico, definido oficialmente pela diplomacia. Este artigo, portanto, analisará as mudanças que ocorreram nas relações entre os dois países durante a última década.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Estados Unidos. Relações diplomáticas.

STRENGTHENING BRAZILIAN EXTERNAL POLICY WITH THE UNITED STATES DURING THE LAST DECADE

ABSTRACT: Bilateral relations between Brazil and the United States have traditionally oscillated between alignment and autonomy, strategic choices between North and South, hemispheric and global, bilateral and multilateral. These options are often seen as mutually exclusive, reflected in internal polarities based on myths of hegemony. Furthermore, they tend to see the relationship as a one-way street, defined by Brazilian opportunities that generate satisfaction and/or dissatisfaction in the North, and not by bilateral dynamics and individual interests; however, the relationship goes beyond simplistic classifications to include the national project and international integration. After the Cold War, concrete progress was made in light of this misunderstanding, as the vectors of Brazil and North America shifted due to a shift in the global balance of power. Although fragmentation still exists, a redefinition of bilateral exchanges is evident, moving away from the minimalism associated with coordination and/or autonomy to the status of strategic dialogue, officially defined by diplomacy. This article, therefore, will analyze the changes that have taken place in the relations between the two countries during the last decade.

KEYWORDS: Brazil. U.S. Diplomatic relations.

1 | INTRODUÇÃO

As relações internacionais estudam

sistematicamente as relações políticas, econômicas e sociais entre os países, refletindo reflexões que vão além das fronteiras nacionais. Desta forma, são estudados fenômenos que cruzam fronteiras (SEITENFUS, 2004). Todos os estados estão de alguma forma ligados entre si, mesmo que estejam em guerra. É importante lembrar que estas relações são fluidas no tempo e na forma, e envolvem diferentes manifestações de poder.

Mais especificamente, o continente americano tem muitas diferenças em termos de desenvolvimento. Seus países constituintes têm diferentes níveis de política, economia e sociedade (THE ECONOMIST, 2015). Esta situação se reflete no grau de democracia, desde a democracia plena (grau mais alto) até regimes autoritários (grau mais baixo).

Neste sentido, dois países democráticos se destacam no continente americano: os Estados Unidos da América e a República Federal do Brasil, devido à sua economia e influência. Os Estados Unidos têm influência global, enquanto o Brasil se concentra mais no subcontinente sul e centro-americano e na costa atlântica da África. O Brasil e os Estados Unidos compartilham muitos ideais e interesses na promoção do crescimento econômico e da prosperidade, garantindo o respeito aos direitos humanos inalienáveis e promovendo a cooperação em defesa e segurança em toda a região.

As relações internacionais entre os dois países são de longa data. Os Estados Unidos foram um dos primeiros países a obter a independência dos governos europeus. O Brasil obteve a independência de Portugal um pouco mais tarde, em 1822. O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foi os Estados Unidos, em 1824. Deve-se notar que a política “América para os americanos” ajudou os brasileiros a se libertarem dos grilhões europeus (RICHARDSON, 1907). Com o tempo, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos mudaram. Às vezes eles melhoraram e às vezes se deterioraram.

Na última década, os dois países viveram momentos diferentes em termos de líderes e termos que governaram em ambos os países. Os Estados Unidos de 2009 a 2017 tiveram um presidente democrata Barack Hussein Obama II. Logo depois, o republicano Donald John Trump assumiu o cargo de presidente.

Mudanças similares ocorreram no Brasil. Dilma Vana Rousseff, uma política de esquerda, tomou posse em 2011 e permaneceu no cargo até 31 de agosto de 2016, quando foi iniciado um processo de impeachment contra ela. Logo depois, Michel Temer (centrista) tomou posse até 1º de janeiro de 2019. Após as eleições de 2018, Jair Bolsonaro (um político de direita) assumiu a presidência.

Estas mudanças afetaram toda a geopolítica mundial. A expressão política é refletida diretamente em outras manifestações de poder. Não é diferente no setor militar, que é diretamente influenciado pelos formuladores de políticas. Isto afeta diversas áreas, como o número de militares em cursos, acordos bilaterais, compras, etc.

É evidente que tem havido uma grande mudança ideológica nestes países. Portanto, o problema que é investigado nesta tese é: “Como as relações internacionais entre Brasil e EUA mudaram durante os governos de Dilma Obama e Bolsonaro Trump?”

A hipótese inicial é que, como os dois presidentes anteriores estão de acordo, é provável que as relações militares entre os dois países tenham melhorado. O principal objetivo deste estudo é determinar se a relação EUA-Brasil melhorou militarmente entre as administrações de Dilma, Obama e Bolsonaro e Trump. Para atingir esta meta, os seguintes objetivos específicos devem ser alcançados: (1) analisar as relações militares nas administrações Dilma e Obama; (2) analisar as relações militares nas administrações Bolsonaro e Trump; e (3) examinar quais áreas melhoraram ou pioraram.

O estudo se justifica principalmente porque o autor é especializado nos aspectos civis do exército americano. Como tal, ele já está ativo na arena política, interagindo com várias instituições em assuntos distintamente militares. Do ponto de vista metodológico, para auxiliar o projeto de pesquisa, o autor utilizará referências históricas para examinar as relações comerciais, os acordos bilaterais e as parcerias militares. Além disso, o autor utilizará teorias de relações internacionais para orientar a pesquisa com teorias relevantes e princípios conhecidos aplicáveis à comunidade internacional e ao campo das relações exteriores. Estas teorias incluem liberalismo, realismo e construtivismo.

2 | PERSPECTIVA HISTÓRICA

A fim de compreender e avaliar plenamente a relação EUA-Brasil, é necessário analisar alguns dos principais eventos que levaram ao atual estado das relações entre os dois países. As relações bilaterais entre os dois países passaram do “frio” para o “quente” e voltaram para o “frio”. “Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a declaração de independência do Brasil em 1822 em relação a Portugal. Reconhecer a independência dos estados americanos das metrópoles européias foi uma política dos EUA para enfraquecer a influência européia na região e eventualmente “conquistar” os novos estados independentes (HAKIM, 2004).

Durante os anos 90 e a primeira metade do século XX, as interações entre os dois países foram limitadas a certas oportunidades multilaterais, tais como a Conferência das Américas. Na primeira Conferência Pan-Americana, realizada em 1890, muitos países americanos, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, discutiram vários projetos de integração regional. Estas incluíam tanto integrações militares quanto econômicas (HAKIM, 2004).

Na década de 1930, o interesse alemão em aprofundar as relações com os países latino-americanos, particularmente o Brasil, era uma grande preocupação da política externa dos EUA devido à influência nazista no continente, e os diplomatas e planejadores militares americanos temiam que o Brasil pudesse apoiar a Alemanha nazista (DOS, 2015). Tal aliança teria tornado os Estados Unidos vulneráveis e fechado o Atlântico Sul ao transporte marítimo aliado.

Felizmente para os Estados Unidos, o Brasil acabou se juntando aos Aliados, reforçando o compromisso dos Estados Unidos e da República Federativa do Brasil com

uma forte relação bilateral. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 22 de agosto de 1942, logo após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, e juntou-se às forças aliadas que patrulham o Atlântico Sul. As unidades do shopping foram enviadas para a Europa, principalmente a Itália, para lutar em conjunto contra o totalitarismo nazista. Os laços mais fortes com a cultura americana foram estabelecidos sob o Presidente Getúlio Vargas nos anos 30 e 40. Durante este período, ocorreu uma mudança de paradigma; o “velho mundo” liberal da Europa não era mais a fonte da modernização que o Brasil buscava (FISHLOW, 1982).

Depois que João Goulart chegou ao poder, o Brasil se distanciou dos Estados Unidos. Durante este período, o Brasil se aproximou da Rússia e da ideologia socialista. Entretanto, quando o governo militar passou a liderar o país, houve novamente um estreitamento entre as nações. Com o passar do tempo, os governos da Nova República empregaram relações que sofreram mudanças que melhoraram e pioraram, dependendo do presidente no poder.

3 | DOS GOVERNO LULA E DILMA

Em 18 de maio de 2010, a Secretária de Estado Hillary Clinton expressou a indignação dos EUA pelo anúncio de Teerã de que havia chegado a um acordo decisivo com sua contraparte turca sobre as atividades de enriquecimento de urânio do Irã. Clinton condenou o Brasil por intervir em uma situação que não compreende plenamente e por comprometer o frágil consenso internacional para impor novas sanções ao Irã. O Financial Times relata que “Hillary Clinton ... nada mais fez do que acusar o Brasil de ... como o primeiro país do mundo a fazê-lo. nada mais fez do que acusar a Turquia e o Brasil de ingenuidade internacional ao facilitar a operação desperdiçada do Irã”. Clinton pode ter exagerado na iniciativa de negociação brasileira, que foi inicialmente apoiada pela Casa Branca e que, de acordo com vários ex-diplomatas americanos altamente respeitados, produziu o que Washington deveria ter visto como um resultado potencialmente útil. As relações EUA-Brasil foram severamente danificadas e não foram totalmente restabelecidas até o momento.

Seis meses depois, em 1º de janeiro de 2011, a inauguração de Dilma Rousseff foi saudada com algum otimismo em Washington. Quando ela foi eleita em outubro, havia receios nos EUA de que ela traria para a presidência uma ideologia de esquerda que pode ter sido moldada por suas experiências como guerrilheira urbana nos anos 70. Entretanto, fica claro por seus discursos e entrevistas antes de tomar posse (notavelmente uma entrevista com o Washington Post) que ela pretende seguir uma política externa menos flamboyante e ambiciosa do que sua antecessora e que ela está interessada em melhorar as relações com os EUA. Ela também deixou claro que está preparada para ser mais crítica em relação ao Irã e a outros países que violam os direitos humanos.

As autoridades brasileiras da época enfatizaram a continuidade da política externa

brasileira e ressaltam que Dilma fez apenas pequenas mudanças, principalmente em resposta à mudança do contexto internacional, e não a mudanças ideológicas ou políticas. No entanto, Dilma adotou uma abordagem mais restrita às relações exteriores do que Lula e reduziu o perfil internacional do Brasil. Após dezoito anos de seu mandato, as tensões entre os EUA e o Brasil diminuíram claramente, e a crise afetou os principais países da região.

Do ponto de vista de Washington, a mudança mais importante é o aparente distanciamento do Brasil de suas relações outrora estreitas com o Irã. Rousseff não se encontrou com o presidente Ahmadinejad na conferência ambiental da ONU Rio+20, e o Brasil não estava no itinerário do presidente iraniano durante suas duas últimas visitas à América Latina sob a presidência de Rousseff. Entretanto, o Brasil mantém relações comerciais ativas com o Irã e continua a se opor às sanções da ONU contra o país, que os EUA dizem ser necessárias para impedir que o Irã desenvolva armas nucleares.

Obama foi recebido com entusiasmo pelo povo brasileiro e, por todos os relatos, foi estabelecido um diálogo frutífero entre ele e Dilma. Entretanto, nenhum progresso real foi feito em nenhuma das principais e prioritárias questões que afetam o relacionamento EUA-Brasil. Também não houve melhoria significativa nas relações comerciais, embora a Casa Branca tenha descrito a viagem do presidente dos Estados Unidos como um esforço do presidente para expandir as oportunidades comerciais e de investimento. Os brasileiros ficaram desapontados por Obama não ter apoiado os esforços do Brasil para obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como havia feito em nome da Índia durante as visitas anteriores a Nova Deli.

A viagem de Rousseff aos Estados Unidos foi mais tranquila e atraiu relativamente pouca atenção. Ela passou apenas um dia em Washington e fez uma aparição pública. A visita do presidente brasileiro foi comparada à recepção formal do primeiro-ministro indiano seis meses antes, que foi vista por muitos como um símbolo do status relativo dos dois países em Washington.

4 | O GOVERNO BOLSONARO

No final do primeiro trimestre de sua administração, o Presidente Bolsonaro fez sua primeira visita oficial ao Presidente norte-americano Donald Trump, marcando uma grande mudança na política externa brasileira e oferecendo-se como um apoiador do país norte-americano.

O apoio quase incondicional do presidente brasileiro ao primado dos Estados Unidos, não apenas na América Latina, mas também na política mundial, é inédito. Ambos são vistos como pessoas impulsivas e quase coléricas que não podem ser influenciadas nem mesmo por conselheiros, com estratégias de ação de curto e médio prazo (MEARSHEIMER, 2019).

Eles também compartilham a mesma ideologia de se comunicar com as pessoas

através das mídias sociais, o que ajudou muito a ambos nas eleições. A relação entre o Congresso e o Judiciário também é semelhante e pode ser descrita como tensa, pois ambas as partes acreditam que o compartilhamento do poder é desnecessário, pois concentram sua energia e seus projetos diretamente no povo.

Os benefícios que encorajam o Presidente Bolsonaro a manter um relacionamento amigável com o Presidente dos EUA incluem o apoio dos EUA à adesão do Brasil à OCDE, que é importante para as empresas brasileiras, e as parcerias militares fora da OTAN, a principal aliança não-NATO (MNNA), que dá maior acesso ao financiamento dos EUA para equipamentos militares. Neste sentido, estão em andamento negociações entre o Brasil e os Estados Unidos para o uso da Base Nacional de Alcântara.

Entretanto, os Estados Unidos não têm muitos pedidos ao Brasil, mas mesmo alguns deles são muito importantes, como no caso da Venezuela, onde o regime de Nicolás Maduro, que o Presidente Trump quer derrubar, está no poder, portanto este acesso precisa do apoio territorial e armado do Brasil.

Para Trump, acabar com o regime de Nicolás Maduro é importante para ganhar votos na eleição para seu presidente, e para isso ele precisa de todo o apoio logístico, incluindo talvez militar, que o Brasil pode oferecer.

Em outubro de 2019, representantes brasileiros e norte-americanos concluíram negociações sobre três acordos que promovem o comércio entre os dois países, padronizando as práticas regulatórias e anticorrupção. Este pacote de acordos comerciais formará a base de um futuro acordo de livre comércio mais amplo que incluirá a eliminação de certas barreiras não-tarifárias ao comércio entre os dois países de forma mais simples e menos burocrática; proibindo as agências reguladoras americanas e brasileiras de alterar as regulamentações de produtos sem antes dar aos exportadores a oportunidade de comentar.

As medidas têm agradado a comunidade empresarial do país, que há muito tempo exige essas mudanças porque acredita que elas impulsionarão o comércio bilateral e também terão um impacto positivo nos fluxos de investimento.

Alguns viram o pacote como uma possível troca americana destinada a convencer o Brasil, através de conselheiros de segurança nacional dos EUA, a proibir a empresa chinesa Huawei de participar da implantação da tecnologia 5G no país.

O comércio entre o Brasil e os Estados Unidos tem sido problemático nos últimos anos e, de janeiro a setembro de 2020, o intercâmbio entre os dois países foi 25% menor do que no mesmo período de 2019, segundo a Câmara Americana de Comércio (Amcham-Brasil), o déficit do Brasil com os Estados Unidos foi de US\$ 3 bilhões.

Há pontos mais positivos do que negativos nesta relação, o que distingue o Governo Bolsonaro e, conseqüentemente, a imagem do Brasil no mundo (em sentido positivo), portanto, pode-se dizer que este é o início de uma nova era nas relações Brasil-EUA, o que eleva as expectativas das grandes potências como os países europeus e a China, e

devolve o país a um nível comercial igual no mundo.

51 CONCLUSÕES

O atual relacionamento do Brasil com os Estados Unidos não é, portanto, um motivo de grande incerteza devido à mera convergência. O Brasil se ajustou em outros momentos de sua história. O que é surpreendente desta vez, porém, é que não importa o quanto se pareça difícil, não se pode encontrar nada que seja do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil tem limitado sua margem de manobra: fez concessões aos EUA sem esperar pela reciprocidade e mesmo sem a pressão de seu vizinho do norte. Fizemos concessões ao esperar e escolher.

Retornando de sua primeira viagem bipartidária pós-eleitoral visando a Casa Branca, em 2019. Em março, Bolsonaro e seu gabinete citaram como ganhos uma série de concessões unilaterais do Brasil: a lista incluía uma promessa de levantar vistos para cidadãos americanos; a transferência da Base de Lançadores Espaciais de Alcântara (MA) através da assinatura de um Acordo de Proteção Tecnológica já aprovado pelo Congresso brasileiro e a perda do status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em troca, o país poderia contar com o apoio da administração Trump para aderir à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tornar-se um “aliado prioritário não-NATO”.

A política externa nacionalista do Trump não inclui a preocupação com a construção de alianças. Trump não está interessado em se posicionar como o líder de uma potência hegemônica. Muito pelo contrário. Em sua opinião, foi seu desejo de se posicionar como hegemônico que levou seus antecessores na Casa Branca a fazer concessões. Portanto, sua postura é exigir uma recompensa dos aliados pelos investimentos que os EUA fizeram nos campos fiscal e de defesa. Quando se trata da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o Sr. Trump foi bastante franco ao dizer que os europeus se beneficiaram demais das despesas militares dos EUA com a defesa europeia e que é hora de os europeus pagarem mais por sua segurança.

Também é verdade que com a nova configuração multipolar do sistema de energia internacional, os EUA não podem se dar ao luxo de perder influência na América Latina. O apoio do bloco latino-americano é uma das condições básicas para que os EUA se tornem uma grande potência. Em tal situação, os americanos não podem se reconciliar com a ideia de que a América Latina não age de forma coerente e muito menos com o surgimento de uma superpotência abertamente desafiadora.

Hoje, no entanto, a realidade é um pouco diferente. Na situação atual, os interesses econômicos da China são de grande importância. Mas não apenas os chineses. Os russos também estão interessados. No passado, os russos e chineses agiram apenas nas sombras, e mesmo assim apenas como apoio aos partidos comunistas e pequenos grupos. No século XXI, os chineses e russos estão agindo abertamente para proteger seus aliados. Se não

fosse por sua firmeza em expressar preocupação com a Venezuela, os EUA, contando com o apoio do Brasil, poderiam ter embarcado numa aventura militar para remover Nicolás Maduro como presidente. Deve-se acrescentar que quando falamos de dureza, estamos falando da venda de equipamentos militares, treinamento militar e inteligência.

Neste cenário, não propício à intervenção política explícita, as ações encobertas e a dimensão ideológica se tornaram mais importantes. No que diz respeito ao Brasil, é escandaloso que um filósofo autoproclamado que vive nos EUA tenha dirigido publicamente as ações do governo, a ponto de ser responsável pela demissão e demissão de ministros de Estado e de participar de reuniões entre as autoridades brasileiras e representantes do governo dos EUA. Algo semelhante pode ser dito sobre as atividades das igrejas neopentecostais.

As relações bilaterais entre o Brasil e os EUA estão, portanto, estreitamente ligadas a este contexto. Os diplomatas brasileiros, reconhecidos por sua excelente formação profissional, disciplina e respeito à hierarquia - fatores que garantem a competência e a unidade do serviço diplomático do país - foram rudemente rebaixados e substituídos em missões-chave por novos recrutas cujo único atributo era uma aparente amizade com as autoridades americanas. Até mesmo a embaixada brasileira em Washington, antes reservada aos diplomatas mais experientes e ilustres, foi chefiada durante muito tempo por um funcionário temporário, enquanto se discutia se o cargo deveria ser preenchido por um deputado sem qualificações e até mesmo sem o conhecimento necessário do idioma local.

Este modelo atípico de relações políticas e diplomáticas com os Estados Unidos, baseado unicamente em fatores ideológicos, não produz nem pode produzir quaisquer resultados que possam ser considerados benéficos para os segmentos sociais mais dependentes dele. Enquanto o governo brasileiro ameaça tomar decisões erradas e imprudentes, como mudar a embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, seguindo a decisão anunciada por Trump, ou votar contra a resolução da ONU condenando e pedindo o fim do embargo dos EUA contra Cuba, revertendo a posição tomada desde 1992, quando a resolução foi votada pela primeira vez, os Estados Unidos estão anulando todas as esperanças do governo brasileiro.

REFERÊNCIAS

DOS. (2015). “**Consulado Geral dos EUA Recife**”. Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. Fonte: State.GOV.

FISHLOW, A. (1982). **Estados Unidos e Brasil: O Caso da Relação Desaparecida**. Conselho de Relações Exteriores, pp. 904-923

HAKIM, P. (. (2004). **O Parceiro Relutante**. Conselho de Relações Exteriores, pp. 114- 123.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S.; **The Israel Lobby and U.S Foreign Policy**. Farrar, Straus and Giroux. First Edition. New York. 2019.

RICHARDSON, J. D. **Compilation of the Messages and Papers of the Presidents**. 1907. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120108131055/http://eca.state.gov/education/engteachin g/pubs/AmLnC/br50.htm>. Acesso em junho de 2021.

Seitenfus, Ricardo. **Relações Internacionais**. 1ª ed. Editora Manole Ltda., São Paulo: 2004

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2015**: Democracy in age of anxiety. 2015. Disponível em: https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015. Acesso em junho de 2021.

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020) e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2021/2023). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia Sul-Occidental 44, 45, 46, 49, 57

Assassinatos 11, 12

B

Brasil 1, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 57, 58, 61, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100

C

Censura 16, 20, 21

Chile 78

Constituição 20, 31, 32, 38, 42, 43, 60, 61, 64, 65, 76

Corpos 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 89

Cultura 39, 47, 48, 58, 84, 85, 88, 94

D

Diplomacia 91

Direitos 1, 3, 11, 12, 20, 23, 24, 28, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 76, 78, 92, 94, 100

Ditadura 1, 3, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 34, 35, 78

Dominação 4, 5, 18, 19, 29, 42

E

Edson Luís 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 13, 14

Educação básica 44, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Ensino superior 38, 46, 55, 56

Estados Unidos 38, 43, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

F

Febre Amarela 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75

G

Gonzaguinha 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25

Governo Bolsonaro 16, 17, 21, 23, 95, 96

H

História contemporânea 1

I

Iniciação científica 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58

Isabel Allende 76, 77, 78

J

John H. Gagnon 76, 79

Jovens pesquisadores 44, 45, 46, 56

K

Karl Marx 16, 17, 18, 26

L

Liberdade 10, 23, 38, 79

Lima Barreto 27, 35, 40

Literatura 21, 78, 80, 90

Louis Althusser 17

M

Marielle Franco 1, 2, 3, 11

Max Weber 5, 15, 27, 29

Mulheres 31, 76, 78, 79, 80, 86, 89, 100

Música 16, 17, 20, 21, 22, 88

O

Oligarquias 27, 39, 41

P

Participação 20, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 54

Pierre Bourdieu 1, 4

Poder 1, 3, 4, 5, 7, 15, 18, 19, 20, 28, 29, 30, 32, 35, 43, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 74, 75, 85, 87, 88, 91, 92, 94, 96

Polícia sanitária 59, 60, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 74

Política externa 91, 93, 94, 95, 97

Povo 8, 9, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 47, 95, 96

R

Relações internacionais 91, 92, 93, 99

República 1, 14, 19, 27, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 59, 61, 65, 75, 92, 93, 94

Roteiros sexuais 81, 83

S

Século XIX 27, 33, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 73, 74

Século XX 28, 64, 65, 85, 93

Século XXI 25, 45, 47, 48, 51, 54, 97

Sexualidades 76, 77, 78, 79, 83, 86, 87, 88

Sociedade 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 45, 54, 64, 76, 89, 92

Subjetividades 76, 77, 79

T

Tempo presente 76, 82, 100

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2021